



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Gabinete do Ministro

Esplanada dos Ministérios - Bloco U, 8º andar, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: (61) 2032-5041 / gabinete@mme.gov.br

Ofício nº 147/2024/GM-MME

Brasília, 1º de abril de 2024.

Ao Senhor

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

Diretor-Geral

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

SGAN Quadra 603, Módulo I e J

70830-110 – Brasília/DF

Assunto: Solicitação de providências com relação ao histórico de falhas e transgressões da concessionária de distribuição ENEL SP.

Senhor Diretor-Geral,

1. Faço referência aos reiterados episódios de descontinuidade do fornecimento de energia elétrica na área de concessão de distribuição da Enel São Paulo, para determinar a abertura de processo administrativo com objetivo de averiguar as falhas e transgressões da concessionária de distribuição em face de suas obrigações contratuais e regulamentares para a adequada prestação de serviço na sua área de atuação.
2. A adimplência contratual da concessionária deve ser rigorosamente avaliada e, na eventual inobservância caracterizada pela ANEEL, sanções devem ser impostas, eventualmente incluindo a declaração de caducidade, conforme dispõe Quarta Subcláusula da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Concessão nº 162/1998:

“Quarta Subcláusula - Verificada qualquer das hipóteses de inadimplência previstas na legislação específica e neste Contrato, a ANEEL promoverá a declaração de caducidade da concessão, que será precedida de processo administrativo para verificação das infrações ou falhas da CONCESSIONÁRIA, assegurado amplo direito de defesa e garantida a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis

ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços.”

3. Especialmente nos últimos seis meses é notória a insatisfação da população atendida pela ENEL SP com os serviços prestados por aquela concessionária. No último 18 de março, a falha no fornecimento de energia elétrica atingiu diversos bairros do centro da capital paulista, como Consolação, Bela Vista, Vila Buarque, Santa Cecília, Higienópolis e Campos Elíseos, com relatos de localidades sem energia elétrica por até cinco dias consecutivos. A falta de energia afetou importantes regiões comerciais, como a Rua 25 de Março, além de instituições de ensino, hospital e o Aeroporto de Congonhas, que foi obrigado a suspender pousos e decolagens por mais de uma hora.

4. No feriado prolongado de Finados, em novembro de 2023, mais de um milhão de unidades consumidoras ficaram sem energia elétrica na cidade de São Paulo, afetando o funcionamento do Parque Ibirapuera, onde se realizava a 35ª Bienal de São Paulo, e escolas que realizariam o Enem. A descontinuidade de fornecimento de energia elétrica perdurou por mais de uma semana para milhares de unidades consumidoras.

5. Os apagões na área de concessão da Enel SP têm levado a uma insatisfação generalizada dos consumidores de energia elétrica, tanto pela frequência como pela duração destes eventos, provocando grande impacto na vida das pessoas e na dimensão financeira decorrente das interrupções das atividades produtivas e comerciais. A classe política, em representação aos interesses da população, também tem se manifestado e cobrado a atuação tempestiva do Poder Público.

6. Sobre as frequentes falhas de fornecimento, cabe destacar que o MME notificou essa Agência para que acompanhasse a atuação das concessionárias de distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo, em virtude eventos climáticos extremos, com vistas a garantir a continuidade na prestação do serviço de energia elétrica (SEI nº [0829697](#) e [0876272](#)), bem como determinou a realização de fiscalização, em face da interrupção de energia elétrica ocorrida na capital do Estado de São Paulo do dia 18/03/2024, com vistas a apurar eventual responsabilização na transgressão das obrigações contratuais pela ENEL SP (SEI nº [0874636](#)).

7. Tais solicitações embasam demanda do Poder Concedente para fins de regularização da prestação dos serviços, nos termos da Terceira Subcláusula da Cláusula Nona, que assim dispõe:

“Terceira Subcláusula - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou descumprimento de notificação ou recomendação do PODER CONCEDENTE para regularizar a prestação dos serviços, poderá

ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e neste Contrato, independentemente da apuração das responsabilidades da CONCESSIONÁRIA pelos fatos que motivaram a medida.”

8. Em recente atuação da Agência, que culminou com aplicação de multa administrativa à Enel SP, há diversas constatações que denotam baixo desempenho na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela concessionária, tais como:

1) Tempo médio de restabelecimento pior que média das demais distribuidoras e com piora nos últimos anos, mesmo tratando de área de concessão urbana e com elevada densidade de carga;

2) Aumento considerável da quantidade de interrupções e do número de unidades consumidoras afetadas por desligamentos com duração superior a 24 horas; e,

3) Tempo médio de preparação – que avalia a eficiência dos meios de comunicação, bem como o dimensionamento das equipes e dos fluxos de informação dos centros de operação – 95% superior à média das demais concessionárias de distribuição do estado de São Paulo entre os anos de 2022 e 2023.

9. Deste modo e observando as transgressões no atendimento do serviço aqui expostas e outras monitoradas pela Agência, nos termos do art. 20 da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, entendemos necessária atuação da ANEEL no sentido de instruir processo para avaliar a atuação da ENEL em sua área de concessão, incluindo, mas não se limitando aos pontos abaixo elencados:

(i) se a prestação dos serviços está se dando de forma inadequada ou deficiente, tendo por base, as normas, os critérios, os indicadores e os parâmetros definidos da qualidade do serviço (inciso I);

(ii) se há descumprimento das cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão (inciso II);

(iii) se a concessionária perdeu as condições técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço (inciso IV); e,

(iv) se a concessionária deixou de atender intimação da ANEEL para a regularização da prestação do serviço (alínea a) do inciso VI).

Atenciosamente,


ALEXANDRE SILVEIRA –
Ministro de Estado de Minas e Energia